

PODER / Ministério da Cultura e Iphan anunciam que trabalham no projeto, após os ataques de golpistas aos prédios dos Três Poderes, em 8 de janeiro

DF terá memorial da democracia

» VICTOR CORREIA

O Ministério da Cultura anunciou, ontem, que está trabalhando na criação de um memorial da democracia para relembrar os ataques terroristas de 8 de janeiro. O comunicado foi feito pela ministra Margareth Menezes durante a posse de Leandro Grass como presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no terraço do Itamaraty. Ligado à pasta, o Iphan atua diretamente no projeto.

Em sua posse, Grass também delineou sua gestão, que fará um esforço de, além de preservar o patrimônio, conscientizar a população com investimentos em comunicação e educação sobre a importância do órgão.

Em seu primeiro ato no cargo, ele extinguiu um grupo de trabalho do órgão voltado à preservação e à restauração de armas de “valor cultural”, criado durante o governo de Jair Bolsonaro.

“Um exército de desalmados atacou os símbolos dos Três Poderes. Convoquei uma reunião no Ministério da Cultura. Formamos uma equipe, e a destreza política do Leandro Grass, sua diplomacia e agilidade de pensamento foram determinantes na busca da solução”, discursou a ministra Margareth Menezes, durante a solenidade.

Os ataques causaram milhões de reais em prejuízos para os prédios públicos e obras de arte neles contidas. O Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF) são todos tombados como patrimônio material pelo Iphan, que atua na reparação dos danos.

“O Ministério da Cultura e o Iphan já estão trabalhando para criar um memorial da democracia aqui em Brasília. Para deixar marcado e para que não ocorra outra violência do mesmo tipo contra a democracia”, frisou a ministra.

As conversas para formação do memorial, segundo Grass, se iniciaram no mesmo dia dos ataques. “Após os atos golpistas do dia 8 de janeiro às sedes dos Três Poderes, é necessário que todos nós tenhamos a certeza

Victor Correia/CB/D.A Press



Grass toma posse no Iphan: fim de portaria que criou grupo voltado à preservação de armas de “valor cultural”



O nosso patrimônio cultural foi desenhado e sonhado para acolher, para integrar, para ser a síntese do que há de mais belo no nosso país”

Leandro Grass,
presidente do Iphan

de que o patrimônio brasileiro permaneceu de pé. A democracia permaneceu de pé”, discursou Grass ao tomar posse. “O nosso patrimônio cultural foi desenhado e sonhado para acolher, para integrar, para ser a síntese do que há de mais belo no nosso país”, completou.

Após assinar o termo de posse, Grass revogou a portaria do Iphan que criou o grupo de trabalho para preservação de armas de fogo, criado em 2021. O objetivo da equipe era criar “critérios de avaliação de armas de

valor cultural”, para que elas pudessem ser enviadas a museus.

Em coletiva de imprensa após a solenidade, Grass detalhou seus planos para o Iphan. Seu primeiro ato marca o rompimento do governo atual, de Luiz Inácio Lula da Silva, com a política armamentista de Bolsonaro. “As armas de fogo, infelizmente, não representam absolutamente nada para a cultura brasileira. O que representa algo de importante é a nossa história, a nossa memória, as tradições do nosso país, as pessoas. Armas de fogo não são patrimônio cultural, elas matam”, enfatizou.

Sobre o memorial da democracia, Grass disse que haverá um espaço físico na capital federal para relembrar os ataques, mas que a criação faz parte de um conjunto maior de políticas. Ele pretende investir em educação patrimonial, “comunicando às pessoas, especialmente aos jovens, aquilo que é seu” e recuperando o tratamento dado a fatos históricos, como a ditadura militar de 1964 e o período de escuridão. Grass indicou, ainda, que outros memoriais podem ser construídos em estados.

“Vai haver um espaço físico, em Brasília, conectado a outros espaços do Brasil, com outras ações complementares, em parceria com as escolas e com os meios de comunicação. Para que essa mensagem, que é a mensagem da democracia, através da conexão entre as pessoas com seu patrimônio cultural, se estabeleça”, declarou.

O presidente do Iphan sinalizou que haverá políticas de preservação da cultura indígena, incluindo a dos lanomâmis, e da cultura negra. Também será retomada a produção da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, criada em 1937 e descontinuada no governo Bolsonaro.

Outras ações a serem retomadas são o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e a Coordenação de Diversidade Linguística.

Estavam presentes na solenidade, entre outras autoridades, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; o secretário-executivo do Ministério da Cultura, Márcio Tavares; a secretária-geral do Itamaraty, Maria Laura da Rocha; e o presidente da Embratur, Marcelo Freixo.

Conselho para dar voz a movimentos

» INGRID SOARES

Em aceno à abertura de debate com a população, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou decretos que criam o Conselho de Participação Social e o Sistema de Participação Social Interministerial. A cerimônia ocorreu no Palácio do Planalto. Em meio ao evento, integrantes da sociedade civil entoaram gritos como “aqui está o povo sem medo, sem medo de lutar”.

Lula destacou que o Conselho servirá à reconstrução da “participação popular efetiva”. “Queremos que vocês saibam que esse conselho vai servir para ajudar a gente a reconstruir, ou construir uma coisa nova. Uma participação popular efetiva. E que vocês sejam tratados em igualdade de condições, que possam dizer sim da mesma forma que podem dizer não”, enfatizou.

O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macedo, relatou que o Conselho reunirá 68 representantes de movimentos e entidades e se reunirá a cada três meses. A presidência do colegiado é atribuída ao chefe do Executivo.

No discurso, Lula ainda criticou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), se referindo às condições encontradas na residência oficial, no Palácio da Alvorada, caracterizando ser “um sem-casa” e “um sem-Palácio”. Desde a

Flickr/PR



Quero que vocês saibam que esse conselho vai servir para ajudar a gente a reconstruir, ou construir uma coisa nova”

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

transição, Lula e a primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, seguem morando em um hotel em Brasília, aguardando reformas na casa presidencial.

“Eu deveria estar falando lá naquele microfone do movimento social, para reivindicar do companheiro Rui Costa, nosso ministro-chefe da Casa Civil, a

casa para o presidente da República morar. Pois ainda não estou morando numa casa. Estou morando no hotel. Eu, na verdade, sou um sem-casa, um sem-Palácio”, disse.

Lula pediu ajuda para “reivindicar o direito de eu morar”. “Porque já faz mais de 45 dias que eu estou no hotel, e não é

brincadeira. Eu, Janja e duas cachorras, que estão dentro do hotel à espera de que a gente consiga liberar o Palácio da Alvorada. O cidadão que estava morando lá me parece que não tinha nenhuma disposição e nenhuma intenção de cuidar daquilo. Nem cama a gente encontrou dentro do Palácio da Alvorada, no quarto que é o quarto presidencial”, relatou.

Feminicídio

No discurso, o petista prometeu que seu governo terá o menor índice de feminicídio e frisou que o Brasil precisa de penas mais severas em relação ao crime contra mulheres. Citando a mãe, Dona Lindu, destacou que “a nossa mão foi feita para trabalhar e não para bater em mulher”.

“O homem tem de aprender que a mulher não foi feita para apanhar. Mulher foi feita para ser parceira, para fazer política. Foi feita para ser igual, inclusive no mercado de trabalho. E nós precisamos ter penas muito severas para o cidadão que levanta a mão para bater na mulher, que violenta os seus filhos”, ressaltou. “Espero que, ao terminar este mandato, se não tivermos o índice zero de violência contra a mulher, a gente tenha o mais baixo índice de violência contra a mulher da história do país.” Ele reforçou que o Estado precisa ter condições de proteger a mulher.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Disputa no Senado é vital para governabilidade de Lula

Na contabilidade dos candidatos, o Senado teria mais de 81 parlamentares. A conta não fecha porque tanto o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que concorre à reeleição, quanto o seu desafiantes, o senador recém-eleito Rogério Marinho (PL-RN), estão contando com promessas que podem não se realizar, em razão da votação secreta. Até agora, certo mesmo, na eleição para a Presidência do Congresso, Pacheco contaria com o apoio de 39 senadores; Marinho tem 26 votos confirmados, mas diz que está recebendo muito apoio e vai surpreender. Os votos restantes estão realmente na faixa de risco, pois são de parlamentares que mantêm sigilo sobre o voto ou prometeram apoio a ambos os candidatos.

Para ser eleito, o presidente do Senado precisa de 41 votos, ou seja, metade mais um do total. A recondução de Pacheco é vital para a governabilidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porque é um aliado leal, com o poder de engavetar qualquer proposta que possa desestabilizar o governo. A Casa tem o poder de bloquear nomeações para os tribunais superiores, sobretudo ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que deve abrir duas vagas ainda neste ano, com as aposentadorias compulsórias da presidente da Corte, ministra Rosa Weber, e do ministro Ricardo Lewandowski. Embaixadores, diretores de autarquias e o procurador-geral da República, entre outras autoridades, dependem do aval do Senado.

Seis partidos declararam apoio a Pacheco, cujas bancadas representam 42 senadores, mas nem todos os parlamentares devem cumprir os acordos feitos por suas legendas. A bancada do PSD, com 15 senadores, já tem três dissidentes que declararam apoio Marinho: Nelsinho Trad (PSD-MS), muito influente na Casa; Samuel Araújo (PSD-RO) e Lucas Barreto (PSD-AP). Os demais partidos que apoiam Pacheco são MDB (10 senadores), PT (9), PDT (3) senadores; PSB (4); e Rede(1).

Rogério Marinho cresceu na disputa em razão de dois motivos, principalmente: primeiro o fato de que a reeleição de Pacheco abre caminho para a volta do senador Davi Alcolumbre (União Brasil -AP) ao comando da Casa em 2025. O ex-presidente do Senado foi o principal artífice da eleição de Pacheco, que agora não tem como não retribuir o gesto sem trair o aliado, embora diga que esse assunto nunca foi tratado nem existe esse compromisso. O problema é que ninguém acredita.

Câmara

O segundo fator é o mal-estar existente em parcela do Senado em relação ao Supremo, cuja atuação é considerada abusiva por muitos senadores, principalmente a do ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e responsável pelo inquérito das fake news. Há um claro propósito dos aliados de Bolsonaro, que agora contam com o reforço do ex-vice-presidente Hamilton Mourão (RS), da ex-ministra dos Direitos Humanos Damarens Alves (DF) e do ex-ministro da Justiça Sergio Moro (PR), de constranger o Supremo e pedir o impeachment de Moraes.

Ontem, o líder do PSDB, senador Izalci Lucas (DF), anunciou apoio dos três senadores da legenda a Rogério Marinho, que é um ex-deputado do PSDB e tem no currículo o sucesso das negociações para aprovação da reforma trabalhista, durante o governo Michel Temer.

Além do PSDB, Marinho conta com o apoio do PL (13 senadores), PP (6) e Republicanos (4). O União Brasil liberou a bancada. Alcolumbre garante que Pacheco tem a maior parte dos votos do partido. O senador eleito Alan Rick (AC), do União, já declarou publicamente que votará em Marinho. O Podemos, com quatro senadores, tem um candidato isolado: Eduardo Girão (CE), que está sendo pressionado a desistir da disputa.

Na Câmara, a situação é completamente diferente. O deputado Arthur Lira (PP-AL), candidato à reeleição, tem apoio de 20 partidos, do PL de Bolsonaro ao PT do presidente Lula, com quem pretende manter uma relação “tranquila”. Lira apoiou a reeleição de Bolsonaro, mas pulou na frente na hora de reconhecer a vitória do petista, operando um giro na política de alianças do PP, o partido hegemônico no Centrão. Segundo disse ontem, suas críticas do passado “nunca” foram pessoais.

A força de Lira na Câmara não tem precedentes, sendo prevista a maior votação da história da Casa desde a redemocratização: cerca de 450 votos dos 513 totais ou mais, maior até que a eleição de Ibsen Pinheiro (MDB-RS), em 1995, e João Paulo Cunha (PT-SP), em 2003. Seus únicos adversários são Marcel Van Hattem (Novo-RS) e Chico Alencar (PSol-RJ), que volta à Câmara em grande estilo. “Quanto maior a votação de Lira, maior será a dificuldade de Lula na Presidência”, prevê Alencar, que conta com o apoio do PSol (12) e da Rede (2), mas imagina que pode receber os votos dos descontentes com o acórdão dos demais partidos com Lira.

A REELEIÇÃO DE PACHECO É VITAL PARA A GOVERNABILIDADE DO PRESIDENTE LULA, PORQUE É UM ALIADO LEAL, COM PODER DE ENGAVETAR QUALQUER PROPOSTA QUE POSSA DESESTABILIZAR O GOVERNO